

EDITAL DE CONCORRÊNCIA NA FORMA PRESENCIAL Nº
001/2024-SLC/SEMGOV/PMT

PROCESSO Nº 7940.601/2023 – SEMIOS/PMT

CONVÊNIO PLATAFORMA + BRASIL Nº 923833/2021 – MD/DPCN

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE
TARTARUGALZINHO-AP.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 10.604.374,79 (DEZ MILHÕES, SEISCENTOS E QUATRO MIL,
TREZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E NOVE
CENTAVOS

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA: 09/05/2024

HORÁRIO: 10h00mm (Hora local)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA – FECHADO

PRAZO DE EXECUÇÃO – 300 DIAS APÓS A ASSINATURA DA OES

VIGÊNCIA DO CONTRATO – 400 DIAS APÓS A ASSINATURA DA
OES

SUMÁRIO

1. DA LICITAÇÃO	
2. DO OBJETO	
3. DAS VEDAÇÕES PARA PARTICIPAR DO CERTAME E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	
4. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)	
5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	
6. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	
7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO	
8. DA ABERTURA DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)	
9. DO MODO DE DISPUTA	
10. FASE DE JULGAMENTO	
11. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2).....	
12. DOS RECURSO ADMINISTRATIVOS	
13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO	
14. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	
15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO	
16. DA FORMA DE PAGAMENTO	
17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	
18. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	
19. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	
21. ANEXOS	
ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP).....	
ANEXO II–DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)	
ANEXO III – PROPOSTA	
ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA	
ANEXO V – CARTA DE CREDENCIAMENTO	
ANEXO VI – DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO	
ANEXO VII – APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006	
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA	
ANEXO IX- MINUTA DO CONTRATO	

1. DA LICITAÇÃO

O Município de Tartarugalzinho, por meio do seu Agente de Contratação, Marcelo Vilhena de Melo, nomeado no Decreto nº 015/2024-GAB/PMT, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Concorrência, conforme artigo 6º, inciso XXXVIII c/c artigo 28, inciso II, ambos da Lei nº 14.133/2021, alterada pela Lei nº 14.770/2023, cujo critério de julgamento é o de menor preço global, subordinando-se à forma de Execução Indireta, sob o regime de empreitada por preço global, tendo respaldo legal no artigo 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, em conjunto com a Lei nº 123/2006, Lei Complementar nº 101/2000, Decreto Federal nº 93.872/1986 e suas alterações, no Decreto Federal nº 7.983/2013, no Decreto Federal nº 11.531/2023, complementado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, Portaria Normativa nº 115/GM-MD, de 26 de dezembro de 2019, consoante o processo administrativo nº 7940.601/2023, observadas as normas estabelecidas no presente Edital e em seus anexos (Informações pelo e-mail cpltartarugalzinho@gmail.com).

O Edital poderá ser obtido para leitura e exame dos licitantes interessados no site da Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho (<https://www.tartarugalzinho.ap.gov.br>).

Os interessados que desejarem participar do certame licitatório deverão se dirigir até o município de Tartarugalzinho para adquirir os ANEXOS DO EDITAL, levando pen drive para ser copiada a mídia.

A exigência para a entrega dos anexos do Edital somente na sede do município dá-se em razão de dificuldades na internet em enviar os arquivos, tendo em vista que são arquivos “pesados” e, às vezes, que foi tentado enviar via e-mail para os licitantes, sempre ocorreu problemas, causando atraso na licitação, tendo em vista intensas reclamações de interessados que não conseguiram acessar os arquivos.

Considerando o disposto nos Decretos Municipais nº 024, 025 e 026/2024-GAB/PMT e no artigo 176, caput e inciso II, combinado com o artigo 17, §2º, ambos da Lei 14.133/2021, o presente processo licitatório será realizado na forma presencial, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Considerando o disposto na Lei nº 14.770/2023, que alterou a Lei nº 14.133/2021, vetando o §1º do artigo 56, o modo de disputa será FECHADO, no qual os licitantes apresentarão suas propostas de forma sigilosa até a data e hora designada para sua divulgação.

Os trabalhos serão conduzidos pelo **Agente de Contratação**, já citado no preâmbulo desta minuta de Edital.

Na data e horário designados será aberta a sessão pública pelo Agente de Contratação.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do agente de contratação em sentido contrário.

O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

1.11. DA CONCORRÊNCIA NA FORMA PRESENCIAL

Com fulcro no art. 176, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a modalidade da licitação (concorrência) na forma presencial também encontra respaldo no art. 4º, §1º, do Decreto Municipal nº 026-GAB/PMT, de 15 de fevereiro de 2024 (disponível no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho), o qual regulamenta as normas e procedimentos de contratações fundamentadas na Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o Município de Tartarugalzinho detém menos de 20.000 mil habitantes, conforme Censo Demográfico de 2022.

2. DO OBJETO

2.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP**, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ETP, DFD, que embora não transcritos, passam a ser partes integrantes deste Edital.

2.2. Valor do Objeto:

Item	Especificação	Referência	Preço Global (R\$)
01	<u>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP</u> , de acordo com o Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demanda, Orçamento, Memória de Cálculo, Cronograma Físico Financeiro, BDI e Leis Sociais que, embora não transcritos, passam a fazer parte integrante deste Edital, os quais serão fornecidas as empresas interessadas em participar do Certame, através de Pen Drive.	Unidade	10.604.374,79

2.3. O valor máximo total a ser pago pelo objeto desta licitação é de R\$10.604.374,79 (dez milhões, seiscentos e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

3. DAS VEDAÇÕES PARA PARTICIPAR DO CERTAME E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

3.1.1. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

3.1.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que se equiparam aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

a) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor do anteprojeto poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.1.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

a) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.1.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

a) Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.1.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si;

3.1.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.1.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

3.1.9. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.1.10. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

3.1.11. Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.1.12. Vedada a contratação de cooperativas, ante o objeto desta licitação, respeitando a Súmula nº 281 do TCU, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012.

4. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

4.1. Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade;

4.2. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital;

4.3. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

4.4. O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar, conforme será pactuado em contrato;

4.5. É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais;

4.6. O LICITANTE fica obrigado a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

4.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais;

4.8. O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais;

4.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo;

4.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Para fins de obtenção do tratamento diferenciado de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, quando do envio da proposta inicial, **o participante deve declarar:**

5.1.1. Que possui enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.1.2. Que, no presente ano-calendário, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

5.2. A ausência dessas declarações, no momento da apresentação da proposta, significará a renúncia da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar federal nº 123/2006;

5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor preço apurado no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão;

5.5. No caso de não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte, serão convocadas as empresas remanescentes que se encontrem na situação de empate, de mesmo enquadramento empresarial, na ordem classificatória, para o exercício do direito aqui previsto;

5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento empresarial, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa que originalmente apresentou o melhor lance;

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação;**

5.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista têm assegurado o prazo de 5 (cinco) dias

úteis, prorrogável por igual período, a partir da declaração de vencedor da licitação, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade;

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação;

5.9. Não haverá tratamento preferencial para microempresas e empresas de pequeno porte na hipótese do art. 4º, § 1º, II, da Lei Federal nº 14133/2021.

6. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

6.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.3. Não há limite máximo para o número de empresas consorciadas;

6.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio;

6.5. Na fase de habilitação:

6.5.1. TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

6.5.2. ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado;

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação; o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.6. A assinatura do contrato será condicionada à:

a) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

7.1. Os licitantes deverão apresentar dois envelopes, sendo:

a) Envelope da **PROPOSTA**; e

b) Envelope da **DOCUMENTAÇÃO**.

7.2. O **recebimento** do Envelope do subitem “a”, do item “7.1”, contendo a propostas de preços dos interessados, dar-se-á até às XX:XX horas, do dia xx/xx/2024, no Sala de Licitações desta Prefeitura;

7.2.1. O licitante deverá entregar o Envelope da Documentação junto com o Envelope da PROPOSTA, **e não será mais possível a sua substituição ou a inclusão de outros documentos, após a sua entrega ao Agente de Contratação, exceto para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;**

7.3. A abertura do Envelope da PROPOSTA, dar-se-á às 00:00 horas, do dia xx de xxxxxxxxxxxx de 2024, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Tartarugalzinho-AP;

7.4. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal;

7.5. O **recebimento** do Envelope indicado no subitem “b”, do item “7.1”, **contendo a documentação de HABILITAÇÃO do vencedor**, deverá ser entregue junto com o da Proposta;

7.5.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao Agente de Contratação no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, **em envelopes distintos e fechados**;

7.6. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes com firma reconhecida em Cartório (ANEXO V), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Agente de Contratação sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante;

7.6.1. Se o representante da empresa for sócio/proprietário dela, comprovadamente, ficará dispensado da apresentação de Procuração ou Carta de Credenciamento, devendo, no entanto, ficar arquivado como prova da presença, cópia do documento de identificação;

7.6.2. Em ambos os casos (7.6 ou 7.6.1), deverá ser acompanhado do ato de investidura, Contrato Social devidamente autenticado em cartório de notas ou conferido com o original pelo Agente de Contratação, sendo neste último caso até 3 dias úteis antes do início da licitação.

a) Se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

7.7. A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de se manifestar na licitação, lavrando-se, em ata, o impedimento;

7.8. Cada representante poderá representar um único licitante;

7.9. Os proponentes deverão apresentar fora dos envelopes 01 e 02, a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO VI), bem como apresentar Certidão Simplificada emitida dentro do ano vigente pela Junta Comercial para comprovação de ME ou EPP.

8. DA ABERTURA DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

8.1. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, datada, assinada, de acordo com modelo de proposta ANEXO III;

8.1.1. Dentro do envelope nº 01, junto com a Proposta, deverá vir a garantia de proposta do valor estimado da Contratação. Essa garantia é no valor de 1% (um por cento) do valor de R\$ 10.604.374,79. (Artigo 58, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**ENVELOPE Nº 01 “PROPOSTA”
EMPRESA: (RAZÃO SOCIAL)
À: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO/AP
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024-SLC;SEMGOV/PMT
ABERTURA: 09/05/2024 - HORA: 10h00min - Hora local.**

8.2. A proposta deverá ser apresentada em forma impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, observando as normas do presente edital;

8.3. A proposta depois de entregue é irretratável e irrenunciável;

8.4. A proposta deverá conter preço unitário e total, por item, em reais, bem como o valor global em reais;

8.5. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido neste edital;

8.6. A proposta é formada pelos seguintes documentos e requisitos:

a) Carta de apresentação da proposta (Conforme ANEXO III);

b) Planilha de quantitativos físico-financeiro, com a composição de preços unitários e totais detalhados por item, bem como composições auxiliares, conforme planilhas de orçamento quantitativo e financeiro anexos ao presente edital;

c) Preço global em algarismo e por extenso;

d) Determinação do prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação;

e) O prazo para a execução das obras e serviços, a partir da emissão da Ordem de Serviço, que não poderá ser superior ao prazo de execução fixado pelo Município;

f) Todos os documentos que compõem a proposta deverão ser assinados pelo representante legal da licitante e pelo responsável técnico da empresa (engenheiro ou arquiteto) de forma física ou digital/eletrônica, não sendo permitida assinatura meramente escaneada.

g) Certidão negativa de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e de Empresas Punidas – CNEP, a qual pode ser emitida no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>, em nome da empresa (CNPJ) e do sócio majoritário da empresa (CPF);

h) Declaração de Aplicação dos arts. 42 Ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

8.7. Após abertura das propostas, estas serão rubricadas pelo Agente de Contratação e este passará aos licitantes para também rubricá-las. Após todos rubricarem, o Agente de Contratação lavrará ATA suspendendo o certame e encaminhará todas as Propostas para a equipe da Secretaria de Obras, para análise. Quando do retorno da SEMIOS para o Agente de Contratação, os licitantes serão comunicados via e-mail o prosseguimento do certame. **(POR FAVOR DEIXAR O E-MAIL CORRETO DA EMPRESA, E ACUSAR O RECEBIMENTO DO E-MAIL ENVIADO PELA SLC/SEMGOV/PMT)**. O Agente de Contratação, proclamará o resultado da análise das propostas aos licitantes realizado pela Secretaria de Obras. Neste momento será divulgado o resultado das propostas classificadas e as desclassificadas. Ato contínuo, será(ão) aberto(s) o(s) envelopes contendo a documentação de habilitação apenas das empresas que tiveram suas propostas classificadas. O Agente de Contratação rubricará a(as) habilitação(ões) das empresas e passará ao(aos) licitante(es) para também rubricarem e fazer possíveis anotações, e caso desejem, solicitar a lavratura em ATA. O Certame será novamente suspenso e encaminhado a SEMIOS para Análise Técnica da qualificação técnica das empresas. Após o retorno, o Agente de Contratação analisará a parte jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira dos licitantes e os convocará via e-mail para o prosseguimento da licitação, dando o resultado das análises.

8.8. Nesta etapa o Agente de Contratação dará o resultado da habilitação da(s) empresa(as), habilitada(as) e a(as) inabilitada(as).

8.8.1. Neste momento, o(os) licitante(os) que tiver(em) inconformado(os) com o resultado do julgamento das propostas, bem como da habilitação, deverá(ão) de forma imediata, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão. O(os) licitante(es) deverá(ão)

expor seu(s) inconformismo(s) tanto com relação a proposta quanto em relação a habilitação. Caso aconteça essa hipótese, o Agente de Contratação suspenderá o certame e aguardará o ingresso recursal.

8.8.1.1. A apreciação dar-se-á em fase única.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. O modo de disputa será **FECHADO**, de acordo com a Lei 14.770/2023 que alterou a Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Considerando o disposto na Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023, que alterou a Lei nº 14.133/2021, vetando o §1º do artigo 56, o modo de disputa será **FECHADO**, no qual os licitantes apresentarão suas propostas de forma sigilosa até a data e hora designada para sua divulgação.

10. FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada esta fase, o Agente de Contratação verificará se o licitante classificado e habilitado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

10.1.1. O critério de julgamento desta concorrência será o de MENOR PREÇO - GLOBAL.

10.2. Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Amapá;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

10.4. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021). Se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; e se houver proposta igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, se procederá da seguinte forma:

a) O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;

b) Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas neste Edital, no Estudo Técnico Preliminar e DFD;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.6. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração;

10.7. Será exigida garantia do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021);

10.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

10.9. Após a verificação do cumprimento das disposições do edital, o Agente de Contratação analisará se o primeiro colocado as cumpriu, e em caso negativo, seguirá com análise da aceitabilidade do segundo colocado, e assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste edital;

10.10. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o Menor preço - Global, o Agente de Contratação procederá à abertura do ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, será passado a autoridade superior para que ela possa homologar e declarar o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto;

10.11. Em caso de o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital. Se a oferta classificada em primeiro lugar não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Agente de Contratação poderá negociar com o licitante classificado com vistas a obter preço melhor;

10.12. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação informará o licitante que estará a autoridade superior apta a adjudicar o certame, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, de forma imediata, importará

na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. **A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;**

10.13. Da Sessão Pública da Concorrência será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Agente de Contratação e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

11. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

11.1. Encerrado o julgamento das propostas, serão abertos os **ENVELOPES Nº 02 – “HABILITAÇÃO”** para análise da SEMIOS e pelo Agente de Contratação e visto dos representantes das empresas participantes, sendo consideradas HABILITADAS as empresas que apresentaram a documentação determinada expressamente na Lei Federal n. 14.133/2021, **devendo cada documento estar válido/vigente** (art. 63, II da Lei nº 14.133/2021);

11.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, (art. 64 da Lei nº 14.133/2021) e Acórdão TCU - 1211/2021:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

11.4. Documentos a serem apresentados (art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021), DENTRO DO ENVELOPE 02 (Habilitação):

I - **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:

a.1) Cédula de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (dos sócios administradores, em especial do sócio responsável por assinar pelo licitante);

a.2) Estatuto ou Contrato Social ou Consolidação do Contrato, autenticado ou conferido com o original pelo Agente de Contratação ou servidores que trabalham na Comissão de Contratação;

II - **HABILITAÇÃO TÉCNICA** (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

II.1. As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física e Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Engenharia - CREA, da Matriz ou Filial da licitante, ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo comprovando atividade relacionada com o objeto da presente licitação e respectivos responsável(eis) técnico(s) que atuará(ão) na execução do objeto.

b) Comprovação da licitante de que dispõe de responsável (eis) técnicos (s), na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior (de acordo com a exigência dos serviços), Engenheiro Civil ou outro, ou Arquiteto nos serviços requeridos no objeto, reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA de qualquer região do Território Nacional onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT – CAU, expedidas por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou para empresa privada, serviços com características equivalentes ou superiores, limitadas estas exclusivamente as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Acervo do Profissional. A licitante deverá apresentar o seguinte acervo técnico do Profissional Responsável Técnico, devidamente registrado no CREA ou CAU, conforme o caso:

ORDEM	ITENS	UND	QUANTIDADE MÍNIMA
1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA. ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA DE 6CM, NÃO ARMADO. (105.1) DA PLANILHA.	M³	
2	ATERRO DE 1º CATEGORIA (SEM EQUIPAMENTO). (113.7 DA PLANILHA)	M3	
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 14M3 – RODOVIA NÃO PAVIMENTADA (ATERRO PARA TERRAPLENAGEM). (113.9 DA PLANILHA).	TXKM	
4	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACA. (107.1 DA PLANILHA)	M2	

Acervo Operacional. A empresa deverá apresentar o seguinte acervo operacional, devidamente registrado no CREA ou CAU, conforme o caso:

ORDEM	ITENS	UND	QUANTIDADE MÍNIMA
1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA. ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA DE 6CM, NÃO ARMADO. (105.1) DA PLANILHA.	M³	170,00
2	ATERRO DE 1º CATEGORIA (SEM EQUIPAMENTO). (113.7 DA PLANILHA)	M3	2.700,00
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 14M3 – RODOVIA NÃO PAVIMENTADA (ATERRO PARA TERRAPLENAGEM). (113.9 DA PLANILHA).	TXKM	55.000,00
4	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACA. (107.1 DA	M2	5.600,00

PLANILHA)		
-----------	--	--

NOTA 1: - De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União, exarado em 30/10/2019 no Acórdão Nº 2652/2019 – TCU – Plenário, além do pessoal com vínculo trabalhista ou societário, é possível permitir a comprovação do vínculo com a empresa também com a cópia do contrato de prestação de serviço ou outro documento com o mesmo valor probatório.

c) Declaração de que: (i) - atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei – ANEXO VI (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91 (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021). (ANEXO IV – Declaração Unificada) - teve acesso à íntegra do edital e todos os seus anexos, (ii) - tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, (iii) - possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, (iv) - declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (inclusa no ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA).

III - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (art. 68, I);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);

c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III);

d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV);

e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V);

f) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI).

IV - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

c) Os documentos referidos na letra a) acima, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

d) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **superiores a 1 (um)**, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

f) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) **equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente**.

g) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

h) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item **deverá ser atestado** mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.5. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 02 “DOCUMENTAÇÃO”
EMPRESA: (RAZÃO SOCIAL)
À: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO/AP
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024
ABERTURA: 09/05/2024 - HORA: 10h00min.

11.6. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada em Original ou em fotocópia autenticada por cartório competente ou conferida, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado (art. 12, IV, da Lei nº 14.133/2021), pelo Agente de Contratação ou por servidor da administração deste município que trabalhe na sala de licitações da prefeitura. Sendo que neste último caso, deverá ser conferida a autenticidade em até 03 (três) dias úteis antes do início da licitação;

11.7. Somente serão abertos os envelopes dos documentos de habilitação dos licitantes que tiverem suas Propostas Classificadas;

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Cabe recurso, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

I - Julgamento das propostas;

II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III - Anulação ou revogação da licitação;

IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

12.2. Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente (**quando declarado o vencedor da licitação**), sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

12.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021);

12.4. Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - **3 (três) dias úteis** - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

12.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021);

12.6. Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de **3 (três) dias úteis** para apreciar o recurso e as contrarrazões;

12.6.1. Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021);

12.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art.165, § 3º da Lei nº 14.133/2021);

12.8. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021);

12.9. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, caput da Lei nº 14.133/2021);

12.9.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

12.10. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021);

12.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021);

12.12. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

13.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021);

13.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021);

13.5. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

14. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

14.1. No prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação, o Proponente deverá assinar o termo de contrato com o município de TARTARUGALZINHO/AP do objeto licitado, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste edital;

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

14.1.2. O início da execução do objeto será do primeiro dia útil, após a emissão da ordem de serviço.

14.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor;

14.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do caput deste item, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos;

14.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante;

14.4.1. A regra do item 14.4 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da letra “a” do subitem 14.2.1 deste edital.

14.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos no item 14.2 e subitem 14.1.2 deste edital;

14.6. Os serviços deverão ser prestados conforme o cronograma físico-financeiro;

14.7. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação e efetivada a correspondente contratação, na assinatura do contrato, deverá comprovar, a título de GARANTIA CONTRATUAL, a importância de **5% (cinco por cento)** do valor total da proposta vencedora (art. 98 da Lei nº 14.133/2021);

14.8. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia, nos termos art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021;

14.9. A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100 da Lei nº 14.133/2021);

14.10. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, caput da Lei nº 14.133/2021);

14.11. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo (Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

14.12. Os contratos administrativos obedecerão ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

14.12.1. O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021).

14.13. O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021);

14.14. No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto será recebido (artigo 140, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

15.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021);

15.4. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a) Fornecimento de bens;
- b) Locações;
- c) Prestação de serviços;
- d) Realização de obras.

16.2. A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- b) Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- c) Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- d) Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- e) Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

16.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021);

16.4. A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021);

16.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, **a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento** (art. 143 da Lei nº 14.133/2021);

16.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021);

16.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021);

16.8. Os seguintes regimes de execução, que são licitados por preço global, adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários (art. 46, § 9º):

I - Empreitada por preço global;

II - Empreitada integral;

III - Contratação por tarefa;

IV - Contratação integrada;

V - Contratação semi-integrada.

16.8.1. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores (art. 46, §6º).

16.9. O pagamento das faturas relativas à execução das obras e serviços será efetuado a cada período de 30 (trinta) dias conforme cronograma físico-financeiro, através de medição realizada pela fiscalização e ou órgão competente mediante apresentação da respectiva nota fiscal;

16.10. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

16.11. A empresa apresentará fatura da etapa efetivamente executada à Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho/AP, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para aferição dos serviços faturados. Esta data será considerada como a do adimplemento da obrigação. Após a fatura será encaminhada para o devido pagamento em até 30 (trinta) dias a contar da data de seu recebimento provisório/definitivo;

16.12. O pagamento da fatura fica condicionado a apresentação por parte da contratada das guias de quitação junto ao INSS com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa na obra;

16.13. Os preços Contratuais poderão sofrer alterações de acordo com o artigo 124, da Lei nº 14.133/2021;

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. O Licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa:
 - b.1) compensatória; e
 - b.2) mora;
- c) impedimento de licitar e contratar junto ao Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. São **circunstâncias agravantes**:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre fornecedores para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- d) a reincidência.

17.5. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

17.5.1. Para efeito de reincidência:

- a) considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

b) não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

c) não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

17.6. São circunstâncias atenuantes:

a) a primariedade;

b) procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

c) reparar o dano antes do julgamento;

d) confessar a autoria da infração.

17.6.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em Lei ou já tenha sido reabilitado.

17.7. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta quando houver o descumprimento de pequena relevância ou inexecução parcial de obrigação contratual, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas dispostas no item 17.1., observando os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a.1) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

a.2) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

d.1) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

d.2) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

d.3) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d.4) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d.5) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

d.6) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

d.7) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d.8) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

17.9. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

b) descontado do valor da garantia prestada;

c) cobrado judicialmente.

17.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas seguintes infrações, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, observando-se os parâmetros abaixo estabelecidos:

a) até 02 (dois) anos se dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao acionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

b) até 03 (três) anos se der causa à inexecução total do contrato.

- c) até 02 (dois) meses) se deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- d) até 04 (quatro) meses se não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- e) até 04 (quatro) meses se não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- f) até 01 (um) ano se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

17.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, será aplicada aos responsáveis pelas seguintes infrações, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros abaixo estabelecidos:

- a) até 04 (quatro) anos, caso seja apresentado declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) até 06 (seis) anos, se fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) até 06 (seis) anos, se comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza
- d) até 05 (cinco) anos, se praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) até 06 (seis) anos, se praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.11.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no item “17.11.” deste edital, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021);

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

18.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

19. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. A responsabilidade pela execução da obra é da CONTRATADA, entretanto deverá o setor de engenharia da Administração Pública fiscalizar o serviço;

19.2. A fiscalização do serviço estará vinculada ao setor de Engenharia e Arquitetura do Município, partindo da proposta de que as medições e a entrega final da obra, assim como o pagamento das parcelas devidas em virtude da execução dos serviços, estarão condicionadas a apresentação do documento “DIÁRIO DE OBRA”.

19.3. Ficam designados como fiscal Técnico, titular e substituto:

FISCAL TÉCNICO – Wanderson Duarte Vieira - Engº Cível - CREA nº 0319729567 AP

SUBSTITUTO – Alessandro Matos Paixão - Engº Cível - CREA nº 0319657850 AP

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO: – Sandro Raimundo Gomes Barreto – Engº Cível – CREA nº 151493020277- PA/AP

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sendo assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, §3º da Lei nº 14.133/2021);

20.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

20.3. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório;

20.4. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Tartarugalzinho/AP, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencem em feriados ou finais de semanas;

20.5. Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente de Contratação, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 14.133/2021 e suplementar nos Decretos Municipais nºs 024, 025 e 026/2024-GAB/PMT.

20.6. Esta Concorrência Presencial poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Administração Pública Municipal;

20.7. É indispensável à presença do licitante ou de seu representante credenciado para o exercício do direito de manifestar intenção de recorrer. Caso o Representante do licitante não esteja presente, terá seu direito precluso de recorrer. (inteligência do artigo 165, §1º, I da Lei nº 14.133/2021);

20.8. O licitante deverá vistoriar o local onde será executado o objeto desta Licitação, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes ou apresentar Declaração (**ANEXO VIII**), que conhece o local da obra em conformidade com o art. 63, §2º;

20.9. O licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência desta Licitação.

21. DOS ANEXOS

21.1. Integram o presente Edital os anexos:

ANEXO I – Documento de Formalização da Demanda - DFD;

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar - ETP;

ANEXO III – Proposta;

ANEXO IV – Declaração Unificada;

ANEXO V – Carta de Credenciamento;

ANEXO VI – Declaração Requisitos de Habilitação;

ANEXO VII – Aplicação dos Artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006

ANEXO VIII - Declaração de Não Realização De Vistoria

ANEXO IX- Minuta do Contrato.



**PREFEITURA
TARTARUGALZINHO**
TRABALHANDO O PRESENTE PARA CONSTRUIR O FUTURO

Tartarugalzinho/AP, 19 de abril de 2024.

MYRLENE SOLIMAR DE OLIVEIRA
Coordenadora de Planejamento de Aquisições e Contratações

ANEXO I

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços - SEMIOS	
Responsável pela Demanda: MIGUEL DA SILVA DUARTE JUNIOR	Decreto: 028/2023-GAB/PMT
E-mail: semios@tartarugalzinho.ap.gov.br	Telefone: (96) 98115-6826
OBJETO: <input type="checkbox"/> Serviço não continuado <input type="checkbox"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Material de consumo <input checked="" type="checkbox"/> Material permanente	
DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO: 300 DIAS APÓS A ASSINATURA DA OES	

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A contratação de empresa para a realização da obra de **URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO**. É necessária para trazer melhorias na infraestrutura básica e a qualidade de vida de nossa população, sendo previsto serviços e materiais para quiosques, playground, urbanização, paisagismo, pavimentação ,drenagem e iluminação com isso promoverá o desenvolvimento sustentável de nosso município por meio de mais áreas de lazer e turismo.
- 1.2. Essa iniciativa está alinhada com o Planejamento Estratégico da Prefeitura, que visa o desenvolvimento social, cultural e ambiental do município. Com a contratação deste, a Prefeitura estará atendendo aos anseios da comunidade, promovendo o bem estar dos cidadãos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no município.

2. OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa para a realização de execução da obra de **URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO**.

OBRA:URBANIZAÇÃO DA ORLA NO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHOLOCAL: SEDE
DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP

REFERÊNCIA: SINAPI 09/2023 -COM DES.
BDI SERV.: 29,07%

DATA:	SETEMBRO DE 2023	MACRO SERVIÇO	SERVICOS	LS: 84,68% - COM DES.	VALOR TOTAL (R\$)
CONVÊNIO Nº:	923833/2021	URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO	MINISTÉRIO DA DEFESA/DPEN		
RESUMO DA BILANÇAMENTO ORÇAMENTAL			URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO		
		1	SERVIÇOS PRELIMINARES		54.722,24
		2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		348.647,89
		3	MOVIMENTO DE TERRA - BANHEIRO		15.531,57
		4	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - BANHEIRO		114.430,87
		5	PAREDES E PAINÉIS - BANHEIRO		47.995,94
		6	ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDRO - BANHEIRO		36.509,79
		7	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES - BANHEIRO		77.675,11
		8	PAVIMENTAÇÃO - BANHEIRO		95.611,58
		9	COBERTURA - BANHEIRO		79.037,00
		10	PINTURA - BANHEIRO		22.595,05
		11	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - BANHEIRO		49.239,51
		12	FOSSA SÉPTICA E FILTRO - BANHEIRO		12.880,37
		13	SUMIDOURO - BANHEIRO		6.377,47
		14	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - BANHEIRO		12.424,52
		15	DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS - BANHEIRO		5.824,20
		16	COMUNICAÇÃO VISUAL - BANHEIRO		3.495,67
		17	SERVIÇOS FINAIS - BANHEIRO		314,31
		18	MOVIMENTO DE TERRA - RESTAURANTE		32.955,25
		19	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - RESTAURANTE		407.931,96
		20	PAREDES E PAINÉIS - RESTAURANTE		41.306,47
		21	ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDRO - RESTAURANTE		41.995,66
		22	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES - RESTAURANTE		54.392,49
		23	PAVIMENTAÇÃO - RESTAURANTE		241.307,87
		24	COBERTURA - RESTAURANTE		336.025,12
		25	PINTURA - RESTAURANTE		91.589,37
		26	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - RESTAURANTE		29.656,23
		27	FOSSA SÉPTICA E FILTRO - RESTAURANTE		12.880,37
		28	SUMIDOURO - RESTAURANTE		6.377,47
		29	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - RESTAURANTE		50.840,38
		30	DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS - RESTAURANTE		41.485,68
		31	COMUNICAÇÃO VISUAL - RESTAURANTE		5.332,37
		32	INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCENDIO E PÂNICO		2.508,85
		33	SERVIÇOS FINAIS - RESTAURANTE		3.238,78
		34	MOVIMENTO DE TERRA - RESERVATÓRIO		7.178,73

OBRA: URBANIZAÇÃO DA ORLA NO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP

DATA: SETEMBRO DE 2023

CONVÊNIO Nº: 923833/2021/ MINISTÉRIO DA DEFESA/DPCN

REFERÊNCIA: SINAPI 09/2023 - COM DES.

BDI SERV.: 29,07%

LS: 84,68% - COM DES.

RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

META	SUBMETA	MACRO SERVIÇO	SERVICOS	VALOR TOTAL (R\$)
		35	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - RESERVATÓRIO	142.496,04
		36	PAREDES E PAINÉIS - RESERVATÓRIO	29.517,27
		37	ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDRO - RESERVATÓRIO	5.335,87
		38	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES - RESERVATÓRIO	45.033,14
		39	PAVIMENTAÇÃO - RESERVATÓRIO	2.718,33
		40	COBERTURA - RESERVATÓRIO	21.615,53
		41	PINTURA - RESERVATÓRIO	40.977,42
		42	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - RESERVATÓRIO	8.089,53
		43	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - RESERVATÓRIO	3.811,19
		44	SERVIÇOS FINAIS - RESERVATÓRIO	104,02
		45	MOVIMENTO DE TERRA - LANCHONETE	7.017,33
		46	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - LANCHONETE	37.860,52
		47	PAREDES E PAINÉIS - LANCHONETE	4.355,65
		48	ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDRO - LANCHONETE	5.769,78
		49	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES - LANCHONETE	6.214,73
		50	PAVIMENTAÇÃO - LANCHONETE	13.277,30
		51	COBERTURA - LANCHONETE	21.183,12
		52	PINTURA - LANCHONETE	7.571,16
		53	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - LANCHONETE	4.562,43
		54	FOSSA SÉPTICA E FILTRO - LANCHONETE	12.880,37
		55	SUMIDOURO - LANCHONETE	6.377,47
		56	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - LANCHONETE	7.869,17
		57	SERVIÇOS FINAIS - LANCHONETE	164,40
		58	MOVIMENTO DE TERRA - MALOCA	7.555,77
		59	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - MALOCA	93.478,75
		60	PAREDES E PAINÉIS - MALOCA	1.896,30
		61	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES - MALOCA	7.818,87
		62	PAVIMENTAÇÃO - MALOCA	67.439,66
		63	COBERTURA - MALOCA	110.189,67
		64	PINTURA - MALOCA	25.719,72
		65	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - MALOCA	185,29
		66	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - MALOCA	5.568,41
		67	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS - MALOCA	16.536,61
		68	SERVIÇOS FINAIS - MALOCA	916,63
		69	MOVIMENTO DE TERRA - QUADRA	7.839,39
		70	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - CQUADRA	30.510,27

OBRA: URBANIZAÇÃO DA ORLA NO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO LOCAL: SEDE
DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP

DATA: SETEMBRO DE 2023

CONVÊNIO Nº: 923833/2021/ MINISTÉRIO DA DEFESA/DPCN

REFERÊNCIA: SINAPI 09/2023 - COM DES.

BDI SERV.: 29,07%

LS: 84,68% - COM DES.

RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

META	SUBMETA	MACRO SERVIÇO	SERVICIOS	VALOR TOTAL (R\$)
		71	PAREDES DO BALDRAME/ALAMBRADO/ GUARDA-CORPO E TRAVE - QUADRA	31.323,24
		72	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES - QUADRA	8.146,35
		73	PAVIMENTAÇÃO - QUADRA	167.070,32
		74	PINTURA - QUADRA	26.125,57
		75	SERVIÇOS FINAIS - QUADRA	2.278,12
		76	MOVIMENTO DE TERRA - QUADRA DE VOLEY	8.042,38
		77	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - QUADRA DE VOLEY	18.855,12
		78	PAREDES DO BALDRAME/ALAMBRADO/ GUARDA-CORPO E TRAVE - QUADRA DE VOLEY	28.001,01
		79	PAVIMENTAÇÃO - QUADRA DE VOLEY	15.583,79
		80	PINTURA - QUADRA DE VOLEY	15.970,43
		81	MOVIMENTO DE TERRA - RAMPA DE SKATE	9.078,85
		82	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - RAMPA DE SKATE	168.969,74
		83	PAREDES E PAINÉIS - RAMPA DE SKATE	13.681,66
		84	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES - RAMPA DE SKATE	1.225,68
		85	PAVIMENTAÇÃO - RAMPA DE SKATE	60.258,78
		86	PINTURA - RAMPA DE SKATE	340,71
		87	SERVIÇOS FINAIS - RAMPA DE SKATE	941,41
		88	MOVIMENTO DE TERRA - ACADEMIA	5.419,35
		89	PAVIMENTAÇÃO - ACADEMIA	55.006,53
		90	EQUIPAMENTOS - ACADEMIA	81.654,36
		91	MOVIMENTO DE TERRA - PLAYGROUND	4.403,58
		92	PAVIMENTAÇÃO - PLAYGROUND	327.485,06
		93	BRINQUEDO - PLAYGRAUND	63.696,05
		94	MOVIMENTO DE TERRA - PÁTIO MULTIUSO	7.178,96
		95	PAVIMENTAÇÃO - PÁTIO MULTIUSO	352.336,72
		96	MOVIMENTO DE TERRA - ESPAÇO PET	3.409,52
		97	PAREDES E PAINÉIS - ESPAÇO PET	75.374,51
		98	ESQUADRIAS - ESPAÇO PET	1.026,38
		99	PAVIMENTAÇÃO - ESPAÇO PET	3.588,07
		100	BRINQUEDOS - ESPAÇO PET	24.900,87
		101	MOVIMENTO DE TERRA - PERGOLADO - 2 UNIDADES	2.705,68
		102	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - PERGOLADO - 2 UNIDADES	42.551,24
		103	PINTURA - PERGOLADO - 2 UNIDADES	16.508,78
		104	BANCO (PERGOLADO) - PERGOLADO - 2 UNIDADES	16.989,76
		105	PAVIMENTAÇÃO - PAISAGISMO E PAVIMENTAÇÃO	972.096,51
		106	DRENAGEM - PAISAGISMO E PAVIMENTAÇÃO	90.207,60

OBRA:URBANIZAÇÃO DA ORLA NO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHOLOCAL: SEDE
DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP

REFERÊNCIA: SINAPI 09/2023 -COM DES.
BDI SERV.: 29,07%

DATA	MACRO SERVIÇO	SERVICOS	VALOR TOTAL (R\$)
SETEMBRO DE 2023			
CONVÊNIO Nº: 923833/2021/	MINISTÉRIO DA DEFESA/DPCN		627.473,38
RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	108	INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - LETREIROS	19.615,63
	109	LETREIRO - LETREIROS	18.044,25
	110	MOVIMENTO DE TERRA - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - GERAL	54.849,14
	111	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - GERAL	1.037.568,95
	112	INSTALAÇÃO HIDRAULICA GERAL	38.691,02
	113	MOVIMENTO DE TERRA - TERRAPLENAGEM	2.832.503,72
	114	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	52.422,76
TOTAL GERAL COM L.S. 84,68% E SEM BDI			8.215.987,29
PARCELA REFERENTE AO BDI 29,07%			2.388.387,50
TOTAL GERAL COM L.S. 84,68% - COM DESONERAÇÃO - E BDI =29,07%			10.604.374,79

A presente descrição do objeto, baseada em critérios técnicos, normativos e requisitos específicos, evidencia a importância do credenciamento para a contratação de empresa para a realização de execução da obra de **URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO**.

A abordagem detalhada dos aspectos técnicos e dos requisitos normativos reflete o compromisso da Administração em conduzir um processo transparente, sustentável e alinhado com as melhores práticas de contratações públicas.

Portanto, diante da relevância do credenciamento, a Administração ratifica a decisão de promover a contratação dos referidos serviços.

3. INDICAÇÃO DO(S) INTEGRANTE(S) DA EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO	
Fiscal Técnico, titular e substituto: T – Wanderson Duarte Vieira - Engº Cível - CREA nº 0319729567 AP S – Alessandro Matos Paixão - Engº Cível - CREA nº 0319657850 AP Assessoria de Planejamento, titular : T – Sandro Raimundo Gomes Barreto – Engº Cível – CREA nº 151493020277- PA/AP	Gestor do Contrato, titular: T - MIGUEL DA SILVA DUARTE JUNIOR - Decreto: 028/2023-GAB/PMT

Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

MIGUEL DA SILVA DUARTE JUNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços
Decreto nº 028/2023-GAB/PMT

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Lei 14.133/2021

Processo Administrativo nº 7940.601/2023

Objeto: URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO/AP.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA OBRAS E SERVIÇOS - SEMIOS, elaborou um estudo técnico preliminar visando a análise da viabilidade de contratação de empresa para construção da obra de URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO/AP.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE***

2.1. O município de Tartarugalzinho em parceria com o Ministério da Defesa, pretende angariar recursos financeiros para a Urbanização da Orla da sede do Município, trazendo melhorias na infraestrutura básica e a qualidade de vida de nossa população, sendo previsto serviços e materiais para quiosques, playground, urbanização, paisagismo, pavimentação, drenagem e iluminação com isso promoverá o desenvolvimento sustentável de nosso município por meio de mais áreas de lazer e turismo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação da empresa para a realização de execução da obra de URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO/AP.

3.1. Estará sujeita a rigorosos critérios técnicos obrigatórios e padrões mínimos de qualidade. Esses critérios e padrões têm como objetivo garantir que a proposta selecionada atenda às necessidades específicas do projeto e à efetividade de sua execução.

• CRITÉRIOS BÁSICOS

- a) **Experiência Comprovada:** A empresa credenciada deve apresentar histórico de projetos similares bem-sucedidos, demonstrando capacidade técnica e experiência na realização deles.
- b) **Equipe Qualificada:** A proposta deve incluir uma equipe técnica qualificada e experiente, composta por profissionais habilitados nas áreas relevantes da engenharia e arquitetura.
- c) **Conformidade Legal:** A empresa deve estar em conformidade com todas as regulamentações, normas e legislações pertinentes à confecção de projetos.
- d) **Tecnologia e Inovação:** A proposta deve demonstrar a aplicação de

tecnologias e abordagens inovadoras que contribuam para a eficiência operacional e a qualidade dos projetos.

- **CRITÉRIOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS**

- a) **Acessibilidade – ABNT NBR 9050/2004:** A proposta deve atender às diretrizes de acessibilidade estabelecidas pela norma ABNT NBR 9050/2004, garantindo a plena acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todas as áreas da unidade, incluindo rampas, corrimãos, sinalização tátil e demais requisitos.

3.2. Natureza do Objeto Contratual

O propósito da contratação é a realização dos serviços da URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO/AP.

3.2.1. Este objeto tem um escopo bem definido e será concluído dentro de um período determinado sem possibilidade de parcelamento.

3.4. Exigência de Garantia de Execução

O adjudicado prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 98, da Lei nº 14133 de 2021, com validade durante a execução do contrato e por 90(noventa) dias após o término da vidência contratual, em valor correspondente a 5%(cinco por cento) o valor total do contrato. Essa garantia servirá como salvaguarda em caso de eventualidades ou problemas que possam surgir durante ou após a construção, assegurando a qualidade e a conformidade com os padrões estabelecidos.

A equipe responsável pela contratação terá a incumbência de estimar com precisão as quantidades requeridas para a execução do projeto, documentando as memórias de cálculo e os elementos de referência que embasam essa estimativa. Esses cálculos e documentos deverão considerar de forma abrangente as interdependências existentes com outras contratações, visando a otimização de recursos por meio da obtenção de economia de escala.

O Quadro 1 apresenta a descrição técnica dos serviços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO/AP.	SERVIÇO	01

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação para a execução do objeto desta licitação é de até R\$ 10.604.375,00 (dez milhões, seiscentos e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais), serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - CONCEDENTE: R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei n.º 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA), publicada no DOU de 23/04/2021, UG 110594, assegurado pela Nota de Empenho n.º 2021NE000363, vinculada ao Programa de Trabalho n.º 05.244.6012.1211.0001, PTRES 205510, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 100, Natureza da Despesa 444251; e

II - CONVENENTE: R\$ 9.000,00 (nove mil reais), relativos à contrapartida do CONVENENTE, de que trata o art. 83 da Lei n.º 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO), estão consignados por meio da Lei Orçamentária n.º 416, de 09 de dezembro de 2020 do Município de Tartarugalzinho/AP; e R\$ 2.595.375,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais), consignados por abertura de crédito adicional no orçamento do município, no exercício 2023.

Subcláusula Primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula Segunda. O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

Subcláusula Terceira. A indicação dos créditos e empenhos referentes aos recursos a serem transferidos pelo CONCEDENTE e/ou CONVENENTE nos exercícios subsequentes, no valor total de R\$ R\$ 10.604.375,00 (dez milhões, seiscentos e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais), será realizada mediante registro contábil e poderá ser formalizada por meio de apostila.

Subcláusula Quarta. Os recursos para atender às despesas em exercícios futuros estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução abrangente para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO/AP. Encontra-se detalhada em tópicos específicos de documentos técnicos fundamentais para o empreendimento. Essa descrição é fundamental para a compreensão da amplitude e complexidade do credenciamento, bem como para assegurar a correta execução dos projetos e serviços envolvidos.

5.1 Documentos Técnicos de Referência

5.1.1 A descrição da solução como um todo é minuciosamente abordada nos seguintes documentos técnicos:

- **Caderno de Especificações Técnicas:** Apresenta especificações detalhadas dos

materiais a serem utilizados, assim como dos métodos construtivos apropriados para cada etapa da obra. Engloba informações que garantem a qualidade, a durabilidade e a conformidade da execução.

- **Memorial Descritivo:** Documenta o conceito do projeto, descrevendo os objetivos, as diretrizes e as justificativas da solução adotada. Além disso, detalha aspectos técnicos e funcionais relevantes para ao projeto.
- **Orçamento:** Apresenta a estimativa de custos associada à implementação da solução proposta. Detalha os itens que compõem o investimento, incluindo materiais, mão de obra, serviços, equipamentos e demais despesas.

5.2 Coerência e Integralidade

5.2.1 A descrição da solução em seus diversos aspectos, conforme documentada nos documentos técnicos de referência, integral e alinhada com os requisitos definidos. A descrição abrange desde os aspectos conceituais e funcionais até os detalhes técnicos e financeiros, garantindo uma visão abrangente que engloba desde o macro até o micro aspecto da construção.

6. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A Administração visa alcançar resultados substanciais e diretos por meio deste certame, em termos de sua funcionalidade, impacto e benefícios para a população em geral.

6.1 Melhor Utilização dos Recursos Financeiros

O credenciamento, tem como um dos principais resultados almeçados a otimização dos recursos financeiros disponíveis. A Administração busca maximizar a relação custo-benefício, assegurando que os investimentos sejam aplicados de forma eficiente, a fim de construir todos os objetos selecionados, ao mesmo tempo em que evita desperdícios e gastos desnecessários.

6.2 Melhor Utilização dos Recursos Financeiros

A Administração busca maximizar a relação custo-benefício, assegurando que os investimentos sejam aplicados de forma eficiente, a fim de projetar todos os objetos de forma celere e que atenda plenamente às necessidades da comunidade, ao mesmo tempo em que evita desperdícios e gastos desnecessários.

6.3 Sustentabilidade Financeira

A Administração almeja a execução dos objetos com sua operação e manutenção eficientes ao longo do tempo. Ao garantir a utilização responsável dos recursos desde o início, o projeto visa a assegurar a viabilidade e a durabilidade no futuro.

6.4 Impacto na Comunidade

A ênfase na economicidade e no aproveitamento eficiente dos recursos também se traduz em um impacto positivo direto na comunidade. A otimização dos investimentos possibilitará à Administração alocar recursos em outras áreas essenciais, beneficiando a população de maneira mais abrangente e reforçando o compromisso com a promoção do bem-estar e da qualidade de vida.

6.5 Ampliação do Monitoramento

O credenciamento tem como resultado almejado a contratação de empresas especializadas para a contratação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura.

7. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

No âmbito deste ETP, optou-se por não abordar detalhadamente as providências específicas a serem tomadas pela Administração previamente à celebração do contrato. Esta decisão é justificada pela natureza do documento, que se concentra na descrição do objeto a ser licitado, suas especificações técnicas e requisitos necessários, com o intuito de promover uma apresentação mais clara e objetiva do objeto.

Entretanto, é importante ressaltar que a Administração reconhece a importância das providências prévias para a eficácia e sucesso da execução do projeto.

Considerando que não foi elaborado pelo setor de Planejamento, Plano de Contratações Anual, inviabilizando o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Essas providências podem abranger adaptações no ambiente organizacional, obtenção de licenças e autorizações, capacitação de servidores, análise de contratações anteriores, entre outras medidas relevantes para garantir a adequada implementação e gestão do contrato.

A não abordagem dessas providências no ETP não significa que a Administração negligencie esses aspectos. Pelo contrário, a Administração se compromete a adotar as medidas necessárias para a preparação e implementação deste de forma eficiente e eficaz. Essas providências serão devidamente contempladas em etapas posteriores do processo, como parte das ações pré-contratuais e de preparação para a execução do objeto.

Portanto, a não inclusão detalhada das providências a serem tomadas pela Administração neste ETP não diminui sua relevância e comprometimento com a realização adequada deste, mas sim reflete uma escolha de foco na descrição do objeto e em seus requisitos técnicos para proporcionar uma documentação mais concisa e direcionada.

8. CONCLUSÃO QUANTO À VIABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO*

Após minuciosa análise das necessidades e objetivos relacionados a licitação, conclui que esta forma de contratação é plenamente viável e adequada para atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços – SEMIOS.

8.1 DATA PREVISTA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1.1 O Cronograma físico financeiro prevê o prazo para conclusão da obra até o dia 05/12/2026.

8.1.2 DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE GESTORA: Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços – SEMIOS.

PLANO DE TRABALHO: Execução da Obra de URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO/AP.

PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO.			
Unidade de Medida: UN	Quantidade: 1.0	Valor: R\$ 10.604.375,00	
Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026	Valor Global: R\$ 10.604.375,00	
UF: AP	Município: 0617 - TARTARUGALZINHO	CEP: 68990-000	
Endereço: ORLA DA SEDE DO MUNICÍPIO			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 348.647,89	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 2			
Especificação: BANCO (PERGOLADO) - PERGOLADO - 2 UNIDADES			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 16.989,76	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 3			
Especificação: BRINQUEDO - PLAYGRAUND			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 63.696,05	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 4			
Especificação: BRINQUEDOS - ESPAÇO PET			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 24.900,87	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 5			
Especificação: COBERTURA - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 79.037,00	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 6			
Especificação: COBERTURA - LANCHONETE			

Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 21.183,12	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 7			
Especificação: COBERTURA - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 110.189,67	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 8			
Especificação: COBERTURA - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 21.615,53	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 9			
Especificação: COBERTURA - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 336.025,12	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 10			
Especificação: COMUNICAÇÃO VISUAL - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 3.495,67	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 11			
Especificação: COMUNICAÇÃO VISUAL - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 5.332,37	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 12			
Especificação: DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 5.824,20	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 13			
Especificação: DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 16.536,61	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 14			
Especificação: DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 41.485,68	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 15			
Especificação: DRENAGEM - PAISAGISMO E PAVIMENTAÇÃO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 90.207,60	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 16			
Especificação: ECONOMIA DE PROJETO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 0,21	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 17			
Especificação: EQUIPAMENTOS - ACADEMIA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 81.654,36	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 18			

Especificação: ESQUADRIAS - ESPAÇO PET			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 1.026,38	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 19			
Especificação: ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDRO - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 36.509,79	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 20			
Especificação: ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDRO - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 5.769,78	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 21			
Especificação: ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDRO - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 5.335,87	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 22			
Especificação: ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDRO - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 41.995,66	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 23			
Especificação: FOSSA SÉPTICA E FILTRO - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 12.880,37	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 24			
Especificação: FOSSA SÉPTICA E FILTRO - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 12.880,37	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 25			
Especificação: FOSSA SÉPTICA E FILTRO - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 12.880,37	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 26			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 114.430,87	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 27			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - CQUADRA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 30.510,27	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 28			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 37.860,52	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 29			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - LETREIROS			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 19.615,63	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 30			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 93.478,75	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 31			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - PERGOLADO - 2 UNIDADES			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 42.551,24	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 32			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - QUADRA DE VOLEY			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 18.855,12	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 33			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - RAMPA DE SKATE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 168.969,74	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 34			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 142.496,04	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 35			
Especificação: INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 407.931,96	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 36			
Especificação: INSTALAÇÃO HIDRAULICA GERAL			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 38.691,02	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 37			
Especificação: INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCENDIO E PÂNICO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 2.508,85	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 38			
Especificação: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 12.424,52	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 39			
Especificação: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - GERAL			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 1.037.568,95	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 40			
Especificação: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 7.869,17	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 41			
Especificação: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - MALOCA			

Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 5.568,41	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 42			
Especificação: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 3.811,19	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 43			
Especificação: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 50.840,38	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 44			
Especificação: INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 49.239,51	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 45			
Especificação: INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 4.562,43	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 46			
Especificação: INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 185,29	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 47			
Especificação: INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 8.089,53	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 48			
Especificação: INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 29.656,23	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 49			
Especificação: LETREIRO - LETREIROS			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 18.044,25	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 50			
Especificação: MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 52.422,76	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 51			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - ACADEMIA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 5.419,35	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 52			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 15.531,57	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 53			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - ESPAÇO PET			

Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 3.409,52	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 54			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - GERAL			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 54.849,14	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 55			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 7.017,33	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 56			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 7.555,77	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 57			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - PÁTIO MULTIUSO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 7.178,96	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 58			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - PERGOLADO - 2 UNIDADES			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 2.705,68	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 59			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - PLAYGROUND			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 4.403,58	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 60			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - QUADRA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 7.839,39	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 61			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - QUADRA DE VOLEY			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 8.042,38	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 62			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - RAMPA DE SKATE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 9.078,85	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 63			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 7.178,73	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 64			
Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 32.955,25	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 65			

Especificação: MOVIMENTO DE TERRA - TERRAPLENAGEM			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 2.832.503,72	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 66			
Especificação: PAISAGISMO - PAISAGISMO E PAVIMENTAÇÃO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 627.473,38	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 67			
Especificação: PAREDES DO BALDRAME/ALAMBRADO/ GUARDA-CORPO E TRAVE - QUADRA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 31.323,24	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 68			
Especificação: PAREDES DO BALDRAME/ALAMBRADO/ GUARDA-CORPO E TRAVE - QUADRA DE VOLEY			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 28.001,01	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 69			
Especificação: PAREDES E PAINÉIS - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 47.995,94	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 70			
Especificação: PAREDES E PAINÉIS - ESPAÇO PET			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 75.374,51	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 71			
Especificação: PAREDES E PAINÉIS - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 4.355,65	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 72			
Especificação: PAREDES E PAINÉIS - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 1.896,30	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 73			
Especificação: PAREDES E PAINÉIS - RAMPA DE SKATE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 13.681,66	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 74			
Especificação: PAREDES E PAINÉIS - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 29.517,27	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 75			
Especificação: PAREDES E PAINÉIS - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 41.306,47	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 76			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - ACADEMIA			

Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 55.006,53	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 77			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 95.611,58	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 78			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - ESPAÇO PET			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 3.588,07	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 79			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 13.277,30	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 80			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 67.439,66	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 81			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - PAISAGISMO E PAVIMENTAÇÃO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 972.096,51	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 82			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - PÁTIO MULTIUSO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 352.336,72	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 83			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - PLAYGROUND			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 327.485,06	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 84			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - QUADRA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 167.070,32	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 85			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - QUADRA DE VOLEY			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 15.583,79	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 86			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - RAMPA DE SKATE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 60.258,78	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 87			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 2.718,33	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 88			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 241.307,87	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 89			
Especificação: PINTURA - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 22.595,05	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 90			
Especificação: PINTURA - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 7.571,16	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 91			
Especificação: PINTURA - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 25.719,72	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 92			
Especificação: PINTURA - PERGOLADO - 2 UNIDADES			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 16.508,78	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 93			
Especificação: PINTURA - QUADRA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 26.125,57	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 94			
Especificação: PINTURA - QUADRA DE VOLEY			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 15.970,43	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 95			
Especificação: PINTURA - RAMPA DE SKATE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 340,71	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 96			
Especificação: PINTURA - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 40.977,42	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 97			
Especificação: PINTURA - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 91.589,37	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 98			
Especificação: REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 6.214,73	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 99			
Especificação: REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES - MALOCA			

Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 7.818,87	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 100			
Especificação: REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES - QUADRA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 8.146,35	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 101			
Especificação: REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES - RAMPA DE SKATE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 1.225,68	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 102			
Especificação: REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 45.033,14	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 103			
Especificação: REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 54.392,49	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 104			
Especificação: SERVIÇOS FINAIS - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 314,31	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 105			
Especificação: SERVIÇOS FINAIS - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 164,40	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 106			
Especificação: SERVIÇOS FINAIS - QUADRA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 2.278,12	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 107			
Especificação: SERVIÇOS FINAIS - RAMPA DE SKATE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 941,41	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 108			
Especificação: SERVIÇOS FINAIS - RESERVATÓRIO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 104,02	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 109			
Especificação: SERVIÇOS FINAIS - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 3.238,78	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 110			
Especificação: SERVIÇOS PRELIMINARES			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 54.722,24	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026

Etapa/Fase nº: 111			
Especificação: SERVIÇOS FINAIS - MALOCA			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 916,63	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 112			
Especificação: SUMIDOURO - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 6.377,47	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 113			
Especificação: SUMIDOURO - LANCHONETE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 6.377,47	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 114			
Especificação: SUMIDOURO - RESTAURANTE			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 6.377,47	Início Previsto: 31/12/2021	Término Previsto: 05/12/2026
Etapa/Fase nº: 115			
Especificação: REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES - BANHEIRO			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 77.675,11	Início Previsto: 01/12/2023	Término Previsto: 05/12/2026

NATUREZA DA DESPESA: Convênio Plataforma + Brasil N°923833/2021, que entre si celebram a União, por Intermédio do Ministério da Defesa, e o Município de Tartarugalzinho/AP.

FONTE: Recursos do Tesouro Nacional da União e Contra-Partida do Tesouro Municipal.

10- RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Os resultados a serem alcançados é a agilidade na execução dos serviços, melhor controle do recurso disponibilizado, alcançar vários pontos estratégicos na cidade e melhorar a qualidade de vida da população, colocando a sua disposição um espaço de lazer, entretenimento além de impulsionar a economia local por meio do turismo.
;./çñ

ALESSANDRO MATOS PAIXÃO
Engenheiro Cível
CREA-AP: 0319657850

ANEXO III

**PROPOSTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7940.601/2023-SEMIOS/PMT
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024-SLC/SEMGOV/PMT**

RAZÃO SOCIAL:
Nº CNPJ/MF:
ENDEREÇO:

Apresentamos nossa proposta para o Município de TARTARUGALZINHO, Estado do Amapá, modalidade Concorrência, na forma presencial, sob o nº xxxxxxxx, acatando todas as estipulações consignadas no Edital e seus Anexos, conforme abaixo especifica:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	PREÇO GLOBAL (R\$)
01	<p><u>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP,</u> de acordo com o Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demanda, Orçamento, Memória de Cálculo, Cronograma Físico Financeiro, BDI e Leis Sociais que, embora não transcritos, passam a fazer parte integrante deste Edital, os quais serão fornecidas as empresas interessadas em participar do Certame, através de Pen Drive.</p>	Unidade	01	xxxxxxxxxx

Valor total da proposta R\$ _____ (_____).

Nota 1: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com materiais, transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Nota 2: Os serviços serão prestados conforme memorial descritivo, projetos e planilha orçamentária o qual consta em anexo ao edital. Nos serviços estão inclusas despesas com mão de obra para retirada/remoção de estrutura existente, mão de obra para a instalação de estrutura nova e demais despesas para a perfeita entrega dos serviços.

Declaramos que o item ofertado atende a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA: **90 (noventa) dias**, a contar da data da sua apresentação na sessão.

A empresa indicará o Banco, a Agência Bancária e o número da Conta.

Local e data: xxxxxxxxxxxxxxxx

NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE

ANEXO IV
DECLARAÇÃO UNIFICADA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7940.601/2023-SEMIOS/PMT
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024-SLC/SEMGOV/PMT

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu(a) representante legal, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA,**

1. A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
2. O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes nesta concorrência;
3. Que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV art. 63 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
4. Que atende ao inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
5. Que não foi declarada inidônea, para licitar ou contratar como Poder Público em qualquer de suas esferas;
6. Que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
7. para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.
8. Que recebeu todos os projetos necessários, memoriais, orçamento quantitativo e financeiro e cronograma físico-financeiro.
9. que conhece o local e as condições de realização do serviço, tendo sido feita vistoria prévia ou Declaração de não vistoria.
10. declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data: __/__/__.

NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE

ANEXO V

CARTA DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7940.601/2023-SEMIOS/PMT
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024-SLC/SEMGOV/PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP.

A _____ (nome da empresa), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, credencia como seu representante o Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes nesta Concorrência, nas sessões pública de julgamento e habilitação e demais atos que ocorrerem.

Local e Data: __/__/__.

NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7940.601/2023-SEMIOS/PMT
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024-SLC/SEMGOV/PMT**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DA ORLA DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO-AP.

A _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, com sede _____, por seu(a) representante legal _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local e Data: __/__/____.

**NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE**

ANEXO VII

**APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7940.601/2023-SEMIOS/PMT
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024-SLC/SEMGOV/PMT**

A _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por seu(a) representante legal, _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021. Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

Local e Data: __/__/____.

**NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE**

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7940.601/2023-SEMIOS/PMT
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024-SLC/SEMGOV/PMT**

A _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, com sede _____, por seu(a) representante legal _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA ter conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, optando pela não realização da vistoria prévia em conformidade com o § 3º do art. 63 da Lei 14.133/2021.

Local e Data: __/__/__.

**NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE**

ANEXO IX

(M I N U T A)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024-PMT

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, COMO CONTRATADA, PARA OS FINS ABAIXO DECLARADOS.

O **MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX, com sede na Avenida XXXXXXXX, Bairro: Centro, CEP: XXXXXXXX, TARTARUGALZINHO, no Estado do Amapá, neste ato representado pelo Senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade (RG) nº xxxxxxxx-SSP/AP e inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxx, na qualidade de Secretário de Obras e doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede xxxxxxxxxxxx, nº xxxxxxxx, Complemento – Bairro: xxxxxxxx, CEP: xxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxx, capital do estado de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste representada pelo Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx e portador da Carteira de Identidade (RG) nº xxxxxxxx, Residente e domiciliado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxxxxx, Bairro: xxxxxxxx, CEP: xxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, capital do estado do xxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecem as partes, de comum acordo, as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1. O presente contrato vinculasse à Concorrência Presencial nº xxxxxxxx e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 14.133/2021, alterada pela Lei 14.770/2023 e aos Decretos Municipais nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, os quais passam a ser parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, assim como, ao Parecer Jurídico nº xxxxxxxx-PGPMT, no âmbito do Processo Administrativo nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx/PMT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. O objeto do presente contrato é
XX
XX.

Sub cláusula primeira. O **prazo de execução** dos serviços descritos na Cláusula Primeira é de **300 (trezentos) dias corridos**, a contar do dia do recebimento da Ordem de Execução dos Serviços pela CONTRATADA.

a). A **vigência do contrato é pelo prazo de 400 (quatrocentos) dias corridos**, a contar do dia do recebimento da Ordem de Execução dos Serviços pela CONTRATADA.

Sub cláusula segunda. A Periodicidade da Medição e o prazo da Execução da Obra deverá seguir o previsto no cronograma físico financeiro.

Sub cláusula terceira. O presente contrato terá vigência da sua assinatura até dia **XXXXXXXXXX**.

Sub cláusula quarta. Integram o presente contrato, independentemente de sua transcrição, os seguintes anexos:

- a) Memorial descritivo e Especificações Técnicas;
- b) Memorial de Cálculo;
- c) Projeto Arquitetônico;
- d) Planilhas orçamentárias; e
- e) Cronograma Físico Financeiro.

Sub cláusula quinta. Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

3.1 O preço global será de R\$ (.....), incluindo-se neles as despesas, os encargos de ordem geral, previdenciária, trabalhista, demais tributos, seguros, fretes e todas as outras necessárias à execução da obra. Os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade.

3.2 Da Forma de Pagamento

3.2.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional e parcelado conforme cronograma físico-financeiro apresentado com a proposta da CONTRATADA.

3.2.2. O pagamento das faturas relativas à execução de obras e serviços serão efetuados de acordo com o cronograma físico financeiro, através de medições realizadas pela fiscalização e ou órgão competente mediante apresentação da respectiva nota fiscal e liberação dos recursos.

3.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.2.4. A CONTRATADA apresentará fatura da etapa efetivamente executada ao MUNICÍPIO, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para **aferição** dos serviços faturados. Esta data será considerada como a do adimplemento da obrigação.

3.2.5. Após a fatura será encaminhada para o devido pagamento em até 30 (trinta) dias a contar da data de seu adimplemento.

3.2.6. O pagamento da fatura fica condicionado à apresentação por parte da CONTRATADA das guias de quitação junto ao INSS com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa na obra.

3.2.7 O Município se compromete a efetuar o pagamento em até 30 dias após a emissão do boletim de medição, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pela fiscalização do contrato.

3.3. Do Reajustamento

O valor do presente contrato será reajustado, após o interregno de 12 meses, sendo aplicado o índice IPCA.

3.4. Da Dotação Orçamentária

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente Edital correrão por conta do Orçamento para o ano de 2024, na dotação orçamentária:

XX.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

- 4.1. Executar cada uma das fases do objeto, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este Termo de Referência, bem como na sua proposta.
- 4.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 4.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 4.5. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 4.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- 4.7. Apresentar à Contratante, quando necessário, a relação nominal dos empregados envolvidos na execução das atividades contratadas.
- 4.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 4.9. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no instrumento contratual.
- 4.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 4.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto da licitação.
- 4.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 4.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto da Licitação.
- 4.16. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 4.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 4.18. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 4.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 4.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 4.22. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.23. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidro sanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.24. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 4.25. Providenciar junto ao CREA ou CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes.
- 4.26. A placa de Obra, deverá ser instalada em posição destaque no canteiro de obras, devendo a sua localização ser, previamente, aprovada pela SEMIOS/PMT.
- 4.27. Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam as Especificações Técnicas/Projeto Básico e este Contrato, no prazo determinado.
- 4.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.29. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 4.30. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

4.31. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, nas Especificações Técnicas/Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

4.32. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

5.1. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.2. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro.

5.3. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5.4. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

5.5. O contratante através dos setores competentes, no ato da liquidação das despesas, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de Tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto da Lei 4.320/64.

5.6. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

5.6.1. Acompanhar a execução dos serviços contratados, através da Fiscalização designada pelo Município, de maneira a garantir o fiel cumprimento do objeto contratado;

5.6.2. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO VINCULADO

6.1. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento pela prestação dos serviços, nas datas e condições estabelecidas neste instrumento contratual e no edital, após a apresentação de comprovantes, pela CONTRATADA, do pagamento dos salários dos trabalhadores que estiverem atuando no Município, das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

7.1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiros do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

7.3. A extinção do contrato poderá ser (art. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

7.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

7.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- b) Pagamento do custo da desmobilização.

7.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - I - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - II - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - III - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - IV - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

7.4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

7.4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

7.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO PARCIAL E FINAL DA OBRA

8.1. Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização responsável pelo acompanhamento da obra, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

8.2. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, o Fiscal do Contrato fará a inspeção na obra, e se a mesma estiver em perfeitas condições e a CONTRATADA tiver atendido as correções porventura observadas pela fiscalização por ocasião da elaboração do Termo de Recebimento Provisório, será expedido, pela referida fiscalização/Comissão, o Termo de Recebimento Definitivo.

8.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

8.6. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 Contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;**
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;**
- b) multa:**
 - b.1) compensatória; e
 - b.2) mora;**
- c) impedimento de licitar e contratar junto ao Município;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;**
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre fornecedores para a prática da infração;**
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- d) a reincidência.**

9.5. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

9.5.1. Para efeito de reincidência:

- a) considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

b) não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

c) não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

9.6. São circunstâncias atenuantes:

a) a primariedade;

b) procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

c) reparar o dano antes do julgamento;

d) confessar a autoria da infração.

9.6.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em Lei ou já tenha sido reabilitado.

9.7. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta quando houver o descumprimento de pequena relevância ou inexecução parcial de obrigação contratual, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas dispostas no item “9.1.”, observando os seguintes parâmetros:

9.8.1. 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.8.2. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

9.8.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

9.8.4. 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

9.9. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

b) descontado do valor da garantia prestada;

c) cobrado judicialmente.

9.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas seguintes infrações, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, observando-se os parâmetros abaixo estabelecidos:

a) até 02 (dois) anos se dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao acionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

b) até 03 (três) anos se der causa à inexecução total do contrato.

c) até 02 (dois) meses se deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

d) até 04 (quatro) meses se não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

e) até 04 (quatro) meses se não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

f) até 01 (um) ano se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, será aplicada aos responsáveis pelas seguintes infrações, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros abaixo estabelecidos:

a) até 04 (quatro) anos, caso seja apresentado declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

b) até 06 (seis) anos, se fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

c) até 06 (seis) anos, se comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

d) até 05 (cinco) anos, se praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

e) até 06 (seis) anos, se praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.12. O processo administrativo punitivo será processado conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

10.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado. Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a

franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

10.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

10.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

10.5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

10.6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

10.7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

10.8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

10.9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

10.10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

10.11. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

10.12. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

10.12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

10.14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

10.15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

10.15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

10.16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018.

10.16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

11.2. Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

11.3. A fiscalização aludida neste Contrato, não implicará qualquer responsabilidade executiva por parte do MUNICÍPIO, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

11.4. Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

11.5. Ficam fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição as condições fixadas no Edital de Concorrência Presencial nº XXXXX.

11.6. O presente será juntado nos autos do processo administrativo nº xxxxxxxx, bem como no mesmo, serão registrados todas as ocorrências e decisões administrativas.

11.7. Os casos de má qualidade ou defeito de produtos ou serviços serão acusados e regulados pelo disposto na Lei nº 8.078, de 11/09/90.

11.8. A afirmação falsa ou enganosa, omissão sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia dos produtos ou serviços, tipificarão crime conforme o disposto no art. 18 e as do art. 66, da Lei nº 8.078/90.

11.9. Ficam designados como Gestor do Contrato o servidor xxxxxxxxx e Fiscal do Contrato, o servidor xxxxx.

11.10. Fica determinado o prazo de 5 (cinco) dias úteis anteriores à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução (art. 92, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - Os casos omissos e as controvérsias originadas do presente contrato serão resolvidas de acordo com a legislação em vigor, ficando eleito entre as partes o Foro da Comarca de Tartarugalzinho/AP, com exclusão total de qualquer outro que seja invocável.

E por estarem justos e contratados, subscrevem o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Tartarugalzinho/AP, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL

MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO
CONTRATANTE
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO

TESTEMUNHAS:

1. _____ Nº _____ CPF/MF: _____

2. _____ Nº _____ CPF/MF: _____
